



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS - PREVINIL

# Regimento Interno

## Conselho Fiscal

### PREVINIL

---



**Base Legal:**

- Lei Complementar nº 141 / 2018.

**DA FINALIDADE**

**Art. 1º** - A finalidade do presente Regimento Interno é estabelecer as normas de conduta para o funcionamento e atribuições do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Nilópolis – PREVINIL, que é um dos órgãos colegiados responsável pela fiscalização da Autarquia Previdenciária Municipal, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar nº 141, de 27 de setembro de 2018 e, em especial os artigos 87 a 89 da supramencionada lei.

**DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 2º** - Conforme previsto no artigo 87 da Lei Complementar nº 141, de 27 de setembro de 2018, o Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do PREVINIL, cabendo-lhe zelar pela sua gestão econômico-financeira e pelo cumprimento das metas atuariais aprovadas.

**DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 3º** - O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, ficando obrigatória a participação de pelo menos 01 (um) representante dos servidores inativos, sendo:

I- 1 (um) Conselheiro e seu suplente, indicados pelo Prefeito Municipal, dentre os servidores efetivos ativos e inativos do Executivo Municipal;

II- 1 (um) Conselheiro e seu suplente, indicado pela Câmara Municipal, escolhido dentre os servidores efetivos ativos e inativos do Legislativo;

III- 1 (um) Conselheiro e seu respectivo suplente, indicado pelos Servidores Municipais, dentre os servidores efetivos ativos e inativos, escolhidos em Assembleia Geral convocada para este fim;

§ 1º. O mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução.

§ 2º. A renovação dos mandatos dos conselheiros deverá obedecer ao critério de proporcionalidade, de forma que se processem parcialmente a cada dois anos. Os membros eleitos permanecerão até o fim do mandato de quatro anos e os membros indicados serão substituídos a cada dois anos.

§ 3º. Todos os membros serão nomeados por decreto do Prefeito Municipal.

§ 4º. Dentre os membros o Prefeito Municipal designará por Decreto o Presidente.



§ 5º. Os servidores designados para o Conselho Fiscal exercerão as atividades previstas neste ato, sem prejuízo das suas atribuições funcionais.

§ 6º. O Presidente do Conselho Fiscal, além do voto pessoal, terá ainda o voto de desempate.

## DO FUNCIONAMENTO

**Art. 4º** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, deliberando por maioria de votos, fixado em 2 (dois) o quórum mínimo para a realização de reuniões, que serão lavradas em livro próprio.

§ 1º. O Conselho Fiscal deverá reunir-se, em caráter extraordinário, sempre que for convocado por seu presidente, devendo constar da convocação: data, horário do início e término, local e assuntos que constarão da ordem do dia da reunião. O pedido de convocação, com a justificativa pertinente, poderá ser efetuado pelo presidente do Conselho ou por dois terços dos membros titulares.

§ 2º. Quando por impedimento do comparecimento presencial da maioria absoluta do Conselho Fiscal, será permitida a realização da reunião remotamente, utilizando-se aplicativo para esse fim, tais como WhatsApp, Zoom, TeamLink e outros.

## DOS REQUISITOS

**Art. 5º** - Os requisitos para os membros do Conselho Fiscal estão definidos no artigo 79, § 10 da Lei Complementar nº 141, de 27 de setembro de 2018 e nos regulamentos editados pela Secretaria de Previdência Social, sendo necessário:

I - Possuir escolaridade de graduação superior ou pós-graduação em uma das seguintes áreas: Economia, Finanças, Administração, Gestão Pública, Ciências Contábeis, Direito; ou

II - Possuir certificado de aprovação em exame de certificação, desenvolvido por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais;

III - Não ter sofrido condenação criminal;

IV - Não ter incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

V - Ter pelo menos 3 (três) anos de efetivo exercício como servidor municipal.

## DAS ATRIBUIÇÕES



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS - PREVINIL

**Art. 6º** - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II- analisar e emitir parecer sobre o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras;
- III- examinar, a qualquer tempo, livros e demais documentos; IV- analisar, mensalmente, o balancete e outras demonstrações financeiras;
- V- apontar, ao Conselho de Administração, as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras;
- VI- manifestar-se sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração.

**Art. 7º** - Compete ao presidente do Conselho Fiscal:

- I - convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho; II - aprovar previamente calendário anual das reuniões do Conselho Fiscal;
- III - comunicar à Diretoria Executiva, quando for o caso, das recomendações elaboradas pelo Conselho Fiscal;
- IV - orientar a condução do exercício regular das funções do Conselho, sem prejuízo das prerrogativas legais de cada conselheiro;
- V - assegurar o bom desempenho do Conselho;

**Art. 8º** - Compete aos membros do Conselho Fiscal:

- I - participar das discussões e deliberações, apresentando sugestões e/ou recomendações;
- II – apreciar e votar os assuntos da pauta submetida à deliberação;
- III - comparecer às reuniões nas datas e nos horários pré-agendados;
- IV - ler previamente o relatório encaminhado pelo Gestor dos Recursos e solicitar informações adicionais, se necessário, de forma a estarem devidamente preparados para a reunião;
- V - obedecer às normas estabelecidas neste Regimento Interno;
- VI - aprovar e assinar as atas das reuniões do Conselho Fiscal;

Parágrafo único. O Conselho Fiscal poderá dispor de assessoramento de contador ou atuário autônomo ou de firmas especializadas, de sua confiança, sem prejuízo de auditoria externa, observados os critérios legais de contratação e as normas internas do PREVINIL, estabelecidas sobre a matéria.

**DOS VOTOS**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS  
- PREVINIL

**Art. 9º** - Cada membro do Conselho Fiscal em exercício terá direito a 01 (um) voto, seja pessoalmente ou representado por um de seus pares, mediante apresentação e entrega de procuração específica para a reunião em pauta.

### DAS SUBSTITUIÇÕES

**Art. 10** - Na ausência do Presidente do Conselho deverá presidir a reunião o conselheiro com mais idade.

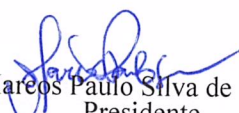
Parágrafo Único. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro, será preservado o funcionamento do Conselho Fiscal, desde que respeitado o número mínimo de 2 (dois) membros presentes.

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 11** - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos em reunião do Conselho Fiscal, observando parecer jurídico da Procuradoria.

**Art. 12** - Este Regimento entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho Fiscal e será arquivado na sede do PREVINIL.

Regimento interno aprovado em 15/04/2020,  
conforme consta na Ata da 4ª reunião ordinária de 2020.

  
Marcos Paulo Silva de Sousa  
Presidente

  
Jaime Herculano da Silva  
Membro

  
Luiz Paulo Ribeiro Monteiro  
Membro